

Derivativos: Conceito e Contabilização

Sandra Ludvig Bones
Margarete Luisa Arbegeri Menegotto
Marcia Rohr da Cruz

RESUMO

Com a necessidade de garantir a saúde financeira e de oferecer maior segurança aos acionistas, as organizações se utilizam de instrumentos financeiros derivativos. Tendo em vista a complexidade e importância deste assunto surge a oportunidade de pesquisar os instrumentos derivativos e demonstrar os aspectos contábeis das operações que se originam. Sendo assim, este trabalho aborda a história, conceituação, tipificação e as formas de contabilização e evidenciação dos derivativos. Estas informações possuem grande importância para o investidor, pois não há como mensurar o retorno do investimento, a partir de suas demonstrações contábeis, sem que possuam informações completas a respeito do risco às operações com derivativos assumidas. Para o desenvolvimento deste trabalho procedeu-se com a metodologia de pesquisa bibliográfica. Os principais resultados encontrados foram que os derivativos é um mercado em crescimento, é uma ferramenta de investimento e administração de risco e que a contabilidade é de fundamental importância para a evidenciação clara e útil desses derivativos.

Palavras-chave: Derivativos; Mercados de Derivativos; Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade possui um papel muito importante na geração de informações que se referem há operações com derivativos que são demonstradas nos balanços e demonstrativos financeiros das empresas, de forma a orientar a correta alocação de recursos. Esse papel vem se tornando cada vez mais complexo, devido ao desenvolvimento do sistema financeiro e pela sofisticação e complexidade das transações econômicas.

Essa complexidade que por vezes são estruturados sobre sofisticados sistemas de cálculos, necessita da atenção da contabilidade para entender e reconhecer seus efeitos sobre a situação patrimonial das empresas.

Foi da necessidade de uma ferramenta financeira que acatasse a necessidade de proteção contra as oscilações futuras nos preços dos produtos que surgiram as operações de derivativos. Essas operações ganharam uma função social e econômica, independente dos contratos de negócios comuns, competindo aos operadores deste novo mercado seguir essa evolução e compreender estas novas ferramentas financeiras.

Não havendo a evidenciação correta dos derivativos, a organização não expressa o grau de risco elevado que está assumindo.

Nesse sentido o trabalho apresenta alguns conceitos sobre os derivativos e os padrões contábeis usados nos crescentes mercados financeiros de derivativos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Derivativos: conceito e contabilização

Segundo Sampaio (2008) os contratos derivativos, mas não com este nome, já eram negociados há mais de 2.500 anos atrás.

Tales de Mileto era um filósofo, e naquela época a filosofia compreendia também o estudo das ciências naturais, entre elas meteorologia, Tales conseguia prever com certo grau de precisão se a próxima colheita seria boa ou não e para demonstrar que a filosofia não era inútil como muitos falavam, algum tempo antes de uma grande colheita, Tales ofereceu para todos os donos de prensas da região uma certa quantia em dinheiro para ele ter o direito de usar as prensas na época da colheita. Como a colheita era incerta todos aceitaram, pois era melhor receber um pequeno valor com certeza do que um valor maior com incerteza. A colheita foi bastante farta, e Tales controlava todas as prensas da região, assim quando os produtores de azeitonas foram alugar as prensas para processar as azeitonas que haviam colhido, ele pode cobrar quanto queria. (SAMPAIO, 2008)

O autor aponta que a primeira negociação organizada de derivativos que se tem notícia foi no Japão, no século XVII. Nas fronteiras da cidade, alguns negociantes recepcionavam os produtores e compravam sua produção. Conforme o mercado foi crescendo, a informação do preço que o arroz estava sendo comprado de um lado da cidade e por qual preço estava sendo vendido do outro lado precisava circular cada vez mais rápido, para que não houvesse prejuízo para os negociantes. Para isso, eles criaram um sistema de comunicação por bandeiras, que informava o preço quase instantaneamente e permitia que o preço de venda no porto superior ao preço de compra na fronteira, de modo a dar lucro aos negociantes sem impedir os negócios.

Após estes comerciantes começaram a comprar também a produção futura dos agricultores, por um preço predeterminado. Surgiam então os primeiros contratos futuros. Estes permitiam que os produtores já soubessem quanto iam receber e os negociantes iam pagar pela próxima safra, independente do preço na data da safra. Como comprovante era emitido uma nota assinada por ambos. A seguir estas notas começaram a ser também negociadas, transferindo o direito futuro para terceiros.

Derivativo é um instrumento financeiro cujo preço resulta do valor de outro ativo chamado de ativo. Estes ativos podem ser *commodities*, como café ou soja, ativos financeiros, como ações, ou bolsas de valores e taxas de juros.

Para Ernst & Young (2010, p. 293):

Derivativo é um instrumento financeiro no qual: (a) o valor muda em resposta à mudança específica na taxa de juros, preço de títulos e valores mobiliários, preço de commodities, taxa de câmbio, índice ou taxa de preços, índice de crédito, ou outra variável similar (por vezes denominado *underlying*); (b) nenhum ou pouco investimento inicial é requerido, em relação a outros tipos de contratos que tenham resposta similar às mudanças nas condições do mercado; e (c) a liquidação se dará em data futura. As três condições aqui mencionadas precisam ser cumulativamente atendidas para que um contrato ou operação seja considerado como um derivativo.

Conforme Bernstein (1997, p. 305), os derivativos possuem esse nome por derivarem seu valor do valor de algum outro ativo, motivo pelo qual

[...] servem tão bem para limitar o risco de flutuações inesperadas de preços. Eles limitam o risco da posse de coisas como arrobas de trigo, francos franceses, títulos governamentais e ações ordinárias - em suma, qualquer ativo cujo preço seja volátil.

Os derivativos não são uma novidade do mercado financeiro, porém a avaliação do seu preço só começou a se desenvolver no final dos anos 60. Conforme Rech (2007), os derivativos oferecem às empresas a chance de reduzir seus riscos financeiros, transferindo esses riscos a alguém (normalmente um banco) disposto a assumi-los e gerenciá-los

2.1.1 Tipos de derivativos

São quatro os tipos de mercados de derivativos: a termo, futuro, de opções e SWAP.

2.1.1.1 Mercado a Termo

São contratos de compra e venda de um determinado bem (mercadoria ou ativo financeiro) que determina um preço entre as partes para liquidação em data futura específica. A negociação desses contratos pode acontecer em mercado de balcão ou em bolsa. As partes que estão negociando ficam vinculadas uma a outra até a liquidação do contrato.

Silva Neto (2002, p.27) comenta que:

Podemos definir o contrato a termo como um contrato de promessa de compra e venda, com preço preestabelecido, em que o comprador assume a responsabilidade de pagar o valor previamente ajustado e contratado ao vendedor na data de entrega do bem. Por sua vez, o vendedor assume a responsabilidade de entregar o bem no local, na quantidade e na qualidade previamente acordados.

Tanto para comprador como para o vendedor no mercado a termo o prejuízo não será visto propriamente como prejuízo e, sim, como alguma coisa que se deixou de ganhar, como um prêmio de seguro.

CONTRATO A TERMO	
Compra a termo	
D – Compras a termo a receber (Ativo)	Pelo registro do valor do contrato
D – Despesas a apropriar de compras a termo (Passivo)	
C – Obrigações por compra a termo a pagar (Passivo)	
Liquidação contrato de compra	
D - Obrigações por compra a termo a pagar (Passivo)	Pela liquidação do contrato no vencimento
C - Credores - conta liquidações pendentes (Passivo)	

Quadro 1: Contabilização de um Contrato a Termo
Fonte: Reis *et.al.* (2008).

2.1.1.2 Mercado Futuro

São acordos entre duas empresas para a troca em data futura a um preço estabelecido entre as partes. É possível a liquidação desses contratos antes do prazo de vencimento. Além disso, os contratos futuros são negociados somente em bolsas. O mercado futuro é uma evolução do mercado a termo. Existem três formas de liquidação dos contratos:

Conforme Kloeckner (2008) existe a liquidação por diferença financeira: os participantes do mercado futuro verificam seus ganhos e perdas junta à Bolsa de Futuros e encerram suas posições recebendo o que têm direito ou pagando o que é devido.

Existe, também, a liquidação por entrega da mercadoria: é o encerramento das posições pela entrega ou recebimento das mercadorias objeto de contrato. Quanto mais desenvolvido é o mercado, menor a quantidade de liquidação por entrega física, concentrando-se os participantes por diferença financeira (KLOECKNER, 2008).

Kloeckner (2008, p. 13) também afirma que existe a terceira forma de liquidação:

Reversão da operação antes do vencimento: é a terceira forma de liquidação dos contratos na qual os “comprados” (aqueles que compraram a futuro) vendem seus contratos e os “vendidos” (aqueles que venderam a futuro) recompram os contratos vendidos.

CONTRATO A FUTURO	
Compra e venda a futuro	
D - Contratos de ações, ativos financeiros e mercadorias (Conta de Compensação Ativa) C - Ações, ativos financeiros e mercadorias contratadas (Conta de Compensação Passiva)	Pelo registro do valor do contrato
Ajuste diário, recebidos ou pagos	
D - Contratos de ações, ativos financeiros e mercadorias (Conta de Compensação Ativa) C - Ações, ativos financeiros e mercadorias contratadas (Conta de Compensação Passiva) D - Devedores - conta liquidações pendentes (Ativo) C - Lucros em operações com ativos financeiros e mercadorias (Conta de Resultado Credora)	Pelo ajuste diário favorável à instituição
Pelo recebimento do ajuste diário	
C - Depósitos bancários (Ativo) C - Devedores - conta liquidações pendentes (Ativo)	
Liquidação de contratos a futuro	
Com lucro D - Devedores - conta liquidações pendentes (Ativo Circulante) C - Lucros em operações com ativos financeiros (Conta de Resultado Credora) C - Depósitos bancários (Ativo) C - Devedores - conta liquidações pendentes (Ativo) Com prejuízo: D - Prejuízos em operações com ativos financeiros e mercadorias (Conta de Compensação Ativa) C - Credores - conta liquidações pendentes (Passivo) D - Credores - conta liquidações pendentes (Passivo) C - Depósitos bancários (Ativo)	Pelo registro da liquidação

Quadro 2: Contabilização de um Contrato a Futuro
Fonte: Reis *et.al.* (2008).

2.1.1.3 Mercado de Opções

Neste mercado é negociado o direito de comprar ou de vender um bem por um preço fixo numa data futura, utilizando preços e prazos determinados. Quem adquirir o direito deve pagar um prêmio ao vendedor assim como num acordo de seguro.

No mercado de opções, negociam-se contratos nas quais a entrega do ativo objeto, se desejada, se dará numa data futura por preço determinado no presente (LOZARDO 1998, p.132).

Para Lozardo (1998, p. 132):

O lançador que emite o contrato tem a obrigação futura de liquidá-lo pelo preço determinado, se o comprador da opção assim o desejar. O comprador, também chamado titular tem, por sua vez, o direito futuro, mas não a obrigação, de comprar ou de vender o ativo objeto do contrato firmado, numa data futura, pelo preço determinado na data da contratação.

CONTRATO DE OPÇÕES	
Compra de opções	
D - Contratos de ações, ativos financeiros e mercadorias (Conta de Compensação Ativa) C - Ações, ativos financeiros	Pelo registro de compra
D - Prêmios de opções a exercer - ativos financeiros e mercadorias (Ativo) C - Credores - conta liquidações pendentes (Passivo)	Pelo registro do prêmio na compra
Baixa da posição	
D - Ações, ativos financeiros e mercadorias contratadas (Conta de Compensação Passiva) C - Contratos de ações, ativos financeiros e mercadorias (Conta de Compensação Ativa)	Pela baixa da posição compradora da conta de compensação
Venda de opções	
Com lucro: D - Devedores - conta liquidações pendentes (Ativo) C - Prêmios de opções a exercer - ativos financeiros e mercadorias (Ativo) C - Lucros em operações com ativos financeiros e mercadorias (Conta de Resultado Credora)	Pelo prêmio recebido na venda de opções
Com prejuízo: D - Devedores - conta liquidações pendentes (Ativo) D - Prejuízos em operações com ativos financeiros e mercadorias (Conta de Compensação Ativa) C - Prêmios de opções a exercer - ativos financeiros e mercadorias (Ativo)	

Quadro 3: Contabilização de um Contrato de Opções
Fonte: Reis *et.al.* (2008).

2.1.1.4 Mercado de SWAP

DEFINIÇÕES DE SWAP	
AUTOR	DEFINIÇÃO
Lozardo (1998, p.211)	É um contrato firmado entre duas partes as quais concordam em trocar fluxos de caixa na mesma e ou em moedas diferentes de acordo com as regras estabelecidas entre as partes.
Gastineau & Kritzman (1999, p.382)	Contrato de troca de pagamentos periódicos com uma contraparte, prática de se trocarem obrigações com o propósito de melhorar o rendimento, mudar o risco de crédito, refletir uma visão sobre as taxas de juros ou registrar um prejuízo fiscal.
Downes & Goodman (1991, p.539)	É a troca de um valor mobiliário por outro. Pode ser executado para mudar as datas de vencimento de um portfólio ou a qualidade das emissões em um portfólio de ações ou títulos, ou devido a alterações nos objetivos de investimento.
Silva Neto (2002, p.70)	É um contrato de derivativo por meio do qual as partes trocam o fluxo financeiro de uma operação sem trocar o principal.

Quadro 4: Definições de SWAP

Fonte: Baseado em Lozardo (1998); Gastineau e Kritzman (1999); Downes e Goodman (1991); Silva Neto (2002).

Analisando os conceitos é possível concluir que swap é um acordo ente duas partes, que constituem a troca de fluxo de caixa utilizando como embasamento a comparação da rentabilidade entre dois bens.

CONTRATOS DE SWAP	
Compra de swap	
D - Contratos de ações, ativos financeiros e mercadorias (Conta de Compensação Ativa) C - Ações, ativos financeiros e mercadorias contratadas (Conta de Compensação Passiva)	Pelo registro do valor inicial do contrato
Liquidação do contrato de <i>swap</i>	
Com lucro: C - Depósitos bancários (Ativo) C - Operações de <i>Swap</i> - diferencial a receber (Ativo) Com prejuízo: D - Operações de <i>Swap</i> - diferencial a pagar (Passivo). D - Bancos privados - conta depósitos (Ativo).	Pela liquidação financeira no vencimento do contrato

Quadro 5: Contabilização de um Contrato de Opções
Fonte: Reis *et.al.* (2008).

No quadro 6 estão as principais diferenças entre as modalidades de derivativos, como a forma de negociação até a sua liquidação.

	Mercado a termo	Mercado Futuro	Mercado de opções	Mercado de SWAP
Onde se negocia	Balcão ou Bolsa	Somente Bolsa	Balcão ou Bolsa	Balcão ou Bolsa
O que se negocia	Compromisso de comprar ou vender um bem por preço fixado em data futura	Compromisso de comprar ou vender um bem por preço fixado em data futura	Os compradores adquirem o direito de comprar ou vender por preço fixo em data futura	Compromisso de troca de um bem por outro. Trocam-se fluxos financeiros
Posições	Ausência de intercambialidade (podem ser repassados a outros participantes a qualquer momento)	Intercambialidade (podem ser repassados a outros participantes a qualquer momento)	Intercambialidade (podem ser repassados a outros participantes a qualquer momento)	Ausência de intercambialidade (podem ser repassados a outros participantes a qualquer momento)
Liquidação	A estrutura mais comum é a liquidação somente no vencimento. Há contratos em que o comprador pode antecipar a liquidação	Presença de ajuste diário. Compradores e vendedores têm suas posições ajustadas financeiramente todos os dias, com base no preço de fechamento da bolsa	Liquidam-se os prêmios na contratação da operação. No vencimento, apura-se o valor da liquidação a partir do exercício do direito dos compradores	Somente no vencimento ou antecipadamente, com a concordância das partes

Quadro 6: Diferenças entre as Modalidades de Derivativos
Fonte: Como Investir, 2008.

2.2 Finalidades dos Derivativos

2.2.1 Hedge (Proteção)

Tem como finalidade proteger a empresa do mercado físico de um bem ou ativo para reduzir algum tipo de risco, em outras palavras o intento é a administração do risco.

Bessada (2000, p. 27) define os *hedges* como agentes econômicos que desejam proteger-se dos riscos derivativos das flutuações adversas nos preços de *commodities*, taxas de juros, moedas estrangeiras etc.

2.2.2 Arbitragem

O arbitrador lucra tirando vantagens na diferença de preços de um bem que é negociado em mercados diferentes. Onde houver discrepância de preços do mesmo ativo em dois ou mais mercados, o arbitrador assume várias posições sem risco. A atuação do arbitrador surge quando o preço de um ativo no mercado de derivativos sai da sua trajetória normal, ou esperada. Quando isso ocorre, o arbitrador atua, fazendo com que o preço do ativo se ajuste a trajetória do mercado (LOZARDO, 1998, p. 30).

Silva Neto (2002, p. 30) define o arbitrador como o participante que, assumindo muito pouco risco, opera em mais de um mercado simultaneamente para se valer de distorções de preços relativos. São responsáveis pelo estabelecimento de preços futuros e pela manutenção de uma relação entre preços futuros e a vista.

O autor ainda complementa que os arbitradores são grandes bancos que possuem em fonte de financiamento barato, ou grandes empresas que trabalham com o produto objeto do derivativo e que possuem a facilidade de negociá-la no mercado a vista.

2.2.3 Especulação

O objetivo básico é obter lucro. Atua basicamente na compra e venda de contratos futuros apenas para ganhar o diferencial entre o preço de compra e de venda, não tendo nenhum interesse pelo ativo-objeto.

Bessada (2000, p. 29) define os especuladores como agentes econômicos, pessoas físicas ou jurídicas, que estão dispostos a assumir riscos das variações de preços, motivados pela possibilidade de ganhos financeiros.

2.2.4 Alavancagem

Os derivativos tem grande poder de alavancagem, tendo em vista que a negociação com esses instrumentos exige menos capital do que a compra do ativo a vista. Deste modo, ao adicionar posições de derivativos a seus investimentos, a empresa pode aumentar a rentabilidade a um custo mais barato.

2.3 Evidenciação de Derivativos

Segundo Darós, e Borba (2005, p. 72)

As companhias abertas que possuam instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativo ou passivo em seu balanço patrimonial, devem evidenciar, em nota explicativa, anexa às suas Demonstrações Financeiras e às informações trimestrais — ITR, o valor de mercado desses instrumentos financeiros. Devem demonstrar, ainda, em nota explicativa, os critérios e as premissas adotados para determinação desse valor de mercado, bem como as políticas de atuação e controle das operações nos mercados derivativos e os riscos envolvidos.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações contábeis, de informações qualitativas e quantitativas relativas aos instrumentos financeiros derivativos, destacados, no mínimo, os seguintes aspectos (PARADA FILHO, 2010):

- a) Política de utilização;
- b) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente a política de proteção patrimonial;
- c) Riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos;
- d) O valor justo de todos os derivativos contratados, os critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas significativas aplicadas na apuração do valor justo;
- e) Valores registrados em contas de ativo e passivo segregados, por categoria, risco e estratégia de atuação no mercado, aqueles com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*) e aqueles com o propósito de negociação;

- f) Valores agrupados por ativo, indexador de referência, contraparte, local de negociação (bolsa ou balcão) ou de registro e faixas de vencimento, destacados os valores de referência, de custo, justo e risco da carteira;
- g) Ganhos e perdas no período, agrupados pelas principais categorias de riscos assumidos, segregados aqueles registrados no resultado e no patrimônio líquido;
- h) Valores e efeito no resultado do período de operações que deixaram de ser qualificadas para a contabilidade de operações de proteção patrimonial (*hedge*), bem como aqueles montantes transferidos do patrimônio líquido em decorrência do reconhecimento contábil das perdas e dos ganhos no item objeto de *hedge*;
- i) Principais transações e compromissos futuros objeto de proteção patrimonial (*hedge*) de fluxo de caixa, destacados os prazos para o impacto financeiro previsto;
- j) Valor e tipo de margens dadas em garantia;
- k) Razões pormenorizadas de eventuais mudanças na classificação dos instrumentos financeiros;
- l) Efeitos da adoção inicial deste Pronunciamento.

É importante que a contabilidade de um tratamento uniforme aos derivativos, cumprindo assim seu objetivo que é fornecer informações úteis e com maior clareza possível.

3 METODOLOGIA

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória (BEUREM, 2009), que o estudo permite ao investigador expandir seu conhecimento (TRIVINOS, 1987). Considerando os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados (entrevista, observação e análise de documentos) e que para a escolha do tema foi analisado levando-se em consideração todo o contexto de organização da contabilização. O método foi definido como um estudo bibliográfico (ROESCH, 2007; PEREIRA, 2007). Em relação à abordagem da pesquisa, utilizou-se um instrumento predominantemente qualitativo, segundo Gil (2008), a pesquisa foi realizada em material didáticos, livros, artigos, teses e dissertações.

4 CONCLUSÃO

Os derivativos apresentaram grandes possibilidades para as empresas, na medida em que permitiram a transferência de várias espécies de riscos pertinentes às operações.

Eles possuem este nome por derivarem seu valor do valor de algum outro ativo, por esta razão servem tão bem para restringir o risco de alterações imprevistas nos preços.

Os derivativos são instrumentos para gestão de risco de uma empresa, mas eles oferecem seus próprios riscos. Existe assim a necessidade de garantir a saúde financeira da empresa e de proporcionar maior segurança aos acionistas. Mas para isso são exigidos métodos contábeis que demonstrem de forma verdadeira os riscos e os benefícios envolvidos em tais operações.

Franco e Marra (2007, p. 25) definem que “[...] o objetivo da contabilidade é fornecer informações sobre o estado patrimonial e suas variações.”

Sendo assim, a contabilidade tem a responsabilidade de gerar informações corretas, na medida em que a economia opera num contexto de incerteza e de volatilidade de preços, tornando a tomada de decisão cada vez mais dependente de boas e precisas informações.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos deuses: a fascinante história do risco**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BESSADA, Octavio. **O mercado de derivativos financeiros**. São Paulo: Record, 2000.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMO INVESTIR. **Derivativos: quem são os participantes e quais os tipos de mercado?** Edição 31 - 16/12/2008. Disponível em: <http://www.comoinvestir.com.br/boletins-e-publicacoes/boletim-como-investir/Paginas/derivativos-quem-participantes-quais-tipos-mercado.aspx>. Acesso em: 17 de julho de 2010.

DARÓS, Leandro Luís e BORBA, José Alonso. Evidenciação de Instrumentos Financeiros Derivativos nas Demonstrações Contábeis: uma análise das empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Finanças da USP**. São Paulo, n 39, p. 68-80, Set./Dez, 2005.

DOWNES, John, GOODMAN, Jordan Elliot. **Dicionário de Termos Financeiros e de Investimento**. São Paulo: Nobel, 1993.

YOUNG & Ernest; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GASTINEAU, Gary L., KRITZMAN, Mark P. **Dicionário de Administração de Risco Financeiro**. São Paulo: BMF Brasil, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KLOECKNER, Gilberto de Oliveira. **Derivativos: futuros, opções e swaps**. Caxias do Sul, 2008.

LOZARDO, Ernesto. Derivativos no Brasil: **Fundamentos e Prática**. São Paulo: BM&F BOVESPA, 1998.

PARADA FILHO, Américo Garcia. COSIF 1.22.4: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nb-2204>. Acesso em: 17 de julho de 2010.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

RECH, Rafael Vargas. **Gestão de Controladoria e Derivativos**. Trabalho de conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão contábil e financeira) Faculdade da Serra Gaucha, Caxias do Sul, 2007.

REIS, Luciane; MENDES, Marina; FERREIRA, Tamara; PAIVA, Viviane. **Derivativos & Contabilidade: Conceitos e Práticas**. Trabalho de Aula (Disciplina de Teoria da Contabilidade) do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e Tributos do Centro Universitário UNI-BH, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/7117/1/Derivativos-E-A-Contabilidade/pagina1.html>. Acesso em 24 de junho de 2010.

ROESCH, Sylvia Maria de Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, Dissertações e Estudos de Caso**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPAIO, Orlando. **Uma História Distante dos Derivativos**. 2008. Disponível em: <http://deltanormal.wordpress.com/2008/10/26/uma-historia-distante-dos-derivativos/>. Acesso em 26 de junho de 2010.

SILVA NETO, Lair de Araújo. **Derivativos financeiros: Derivativos: definições, Emprego e Risco**. São Paulo: Atlas, 2002.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.